

carne vaca alcatra	150.000,00	Kg
carne vaca vazia	150.000,00	Kg
carne vaca ponta vazia	150.000,00	Kg
carne vaca maminha	400.000,00	Kg
carne vaca lombo		
carne vaca picanha	550.000,00	Kg
vao bovinos fatiados	495.000,00	Kg
coelha frango 1kg	100.000,00	
frango	80.000,00	Kg
codorniz covete	160.000,00	
estufada peru	275.000,00	Kg
fato	160.000,00	Kg
dobrada	120.000,00	Kg
peito frango granul	280.000,00	Kg
bacalhau demolhado	485.000,00	Kg
bacalhau seco especial	395.000,00	Kg
sardinha	100.000,00	Kg
caracau pequeno	190.000,00	Kg
lula limpa	230.000,00	Kg
missois reixe covete	95.000,00	
missois carne covete	95.000,00	
missois camarão covete	95.000,00	
marinhas fazenda covete	130.000,00	
Mexilhão 1kg	330.000,00	
ameixa branca 1kg	160.000,00	
lagosta	1100.000,00	Kg
camarão		

Segurança alimentar, ajuda pública ao desenvolvimento e pobreza: propostas internacionais e a situação de São Tomé e Príncipe*

Manuela Cardoso**

p. 147-161

1. Segurança alimentar e pobreza

“Uma mulher africana curvada sob o sol, arrancando ervas daninhas do sorgo num campo árido com uma enxada e com uma criança amarrada às suas costas é uma imagem vívida da pobreza rural. Para a sua família numerosa e para milhões como ela, a mísera generosidade da agricultura de subsistência representa a única possibilidade de sobrevivência”

In Banco Mundial, (2008) Relatório do Desenvolvimento Mundial, p.1

A segurança alimentar, de que falam os países hoje desenvolvidos, difere de um conceito semelhante quando aplicado a países em desenvolvimento. Se nos primeiros ela se liga mais a aspectos de higiene, constituição química e biológica e conservação (não significando isto a inexistência de carências alimentares graves em algumas camadas populacionais destes países), nos segundos, o que se apresenta como fundamental é a eliminação da fome crónica e subnutrição através da quantidade de alimentos disponíveis que permitam a garantia de níveis nutricionais mínimos, facilitadores do desenvolvimento razoavelmente equilibrado, evitando doenças dela decorrentes. São aspectos interligados com a pobreza e com a escassez de alimentos. Importa, portanto, distinguir estes dois níveis de análise: *Food Safety* de *Food Security*. A primeira relaciona-se com a necessidade de cumprir padrões de qualidade e higiene, de forma a garantir a protecção da saúde e os interesses dos consumidores; *Food Security* liga-se mais à quantidade disponível de alimentos, conceito adoptado em 1974, quando da Conferência Mundial sobre Alimentação, realizada em Roma, que pressupunha disponibilidade permanente de abastecimento mundial de géneros alimentícios básicos, de forma a garantir uma dieta alimentar que proporcionasse níveis nutricionais

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto “Sociedades Africanas face às dinâmicas globais: turbulências entre intervenções externas, migrações e insegurança alimentar”, CEA-ISCTE/IUL.

** CEA-ISCTE

adequados. É este o sentido actualmente usado quando aplicado aos países em desenvolvimento. A escassez enorme de bens alimentares em muitos destes países faz com que a problemática assuma um carácter fenómeno multidimensional, com dimensão económica, política e social, necessitando de actuação coordenada a nível da política interna e da política internacional. Pelo contrário, é a qualidade, a conservação, as produções sem recurso a fertilizantes que tornam os alimentos mais saudáveis e não a quantidade que preocupa os países desenvolvidos. Neste último sentido, são realizadas regularmente conferências internacionais onde são debatidos estes problemas, podendo apresentar-se como exemplo a *Global Food Safety Conference* que teve lugar, já em 2010, em Washington.

A problemática da segurança alimentar é um fenómeno secular. Se inicialmente ficava circunscrita a sobrevivência do grupo, a partir do período neolítico a utilização de instrumentos de trabalho determinou a criação de excedentes alimentares, dando lugar às sucessivas divisões do trabalho e o aumento da segurança alimentar. No entanto, as convulsões que surgiram ao longo da história, determinaram períodos de grave carência. Era nessa altura que epidemias, resultantes de doenças relacionadas com a incapacidade de organismos desnutridos resistirem, iam criando novos equilíbrios entre os stocks, a capacidade de produção e as necessidades alimentares.

Na época mais recente, o primeiro grande avanço tecnológico no domínio da produção alimentar ocorreu no século XVIII em consequência das inovações tecnológicas aliadas à Revolução Industrial e à Revolução Agrícola. Mas, foi após a II Guerra Mundial que a produção de alimentos passou a merecer atenção especial. Não só se reconheceu, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito à alimentação, como a própria Europa, com as suas infra-estruturas destruídas e com graves carências alimentares, considerou determinante criar mecanismos que a tornassem auto-suficiente. Foram, assim, criadas, pelos países desenvolvidos, estratégias de aumento da produção e da produtividade. A Europa comunitária cedo investiu na sua Política Agrícola Comum. Os países onde se ia impondo uma produção intensiva, muito ligada a novos meios de trabalho, mas também à fertilização artificial dos solos, conseguiam elevados níveis de produtividade agrícola. Perante o sucesso e o desenvolvimento industrial crescente, tentaram exportar essa forma de produção para outros países, então denominados por subdesenvolvidos. Estes não aproveitaram essas vantagens em consequência da sua associação à importação de tecnologia e fertilizantes, colocando-os numa extrema dependência face às multinacionais dos países desenvolvidos. Foi a chamada “Revolução Verde” que determinou, em muitos casos, falência dos agricultores tradicionais, perda da biodiversidade agrícola adaptada às qualidades bioquímicas dos solos e às necessidades alimentares das populações. Apesar destes avanços, determinantes de aumentos da produção alimentar, na década de 80 do século XX metade dos países em desenvolvimento produzia menos alimentos *per capita* do que no início da década². Colocava-se, então, a questão não apenas da capacidade dos países mais pobres produzirem alimentos, mas da capacidade económica das famílias terem acesso aos alimentos produzidos.

Na África Subsariana a saída da pobreza, o alcance de níveis nutricionais adequados está intimamente associada à actividade agrícola. Nesta região, os países têm a sua

² ALENCAR, Alvaro Gundel (2001), pag 140.

actividade económica centrada na agricultura e as populações mais pobres vivem nas zonas rurais. Se a agricultura foi, desde sempre, a base da vida económica dos povos, quais as razões que terão contribuído para que os povos que dela vivem se encontrem entre os mais pobres do Mundo?

Segundo o Relatório do Banco Mundial de 2008 sobre Desenvolvimento Mundial o sector agrícola é responsável por 1/3 do crescimento económico nos países cuja actividade económica se baseia principalmente na agricultura. E é ela que tem permitido em várias regiões do globo a redução da pobreza.

Nas regiões rurais da África Subsariana vive cerca de 82% da população cuja principal actividade é a agricultura³ e o principal factor de criação de alguma segurança alimentar. Nesses países africanos é este sector que mais tem contribuído para o crescimento económico: 2,3% na década de 80, 3,3% na década de 90 e 3,8% entre 2000 e 2005, ultrapassando, nos anos mais recentes, o crescimento económico de outros sectores⁴. No entanto, são países cuja agricultura está muito ligada às condições climáticas, havendo variações de produção anual consoante os níveis de pluviosidade.

Sabendo-se que, na África Subsariana, a procura de alimentos poderá mesmo duplicar até 2030⁵, parece necessário dar maior relevo à actividade agrícola. Sendo as regiões irrigadas as que permitem obter maiores índices de produtividade agrícola, duplicando-os relativamente àquelas zonas que são apenas molhadas pela chuva, a África Subsariana está em grave desvantagem uma vez que apenas 4% das zonas agrícolas dispõem de sistemas de irrigação⁶. As alterações climáticas, as secas crescentes, associadas também a períodos de cheias, tornam importante a criação de sistemas de irrigação eficazes, facilitadores do aumento da produtividade e da regularidade das produções, salvaguardando a saúde pública, evitando a criação de zonas insalubres propícias à disseminação de doenças de que a malária é apenas um exemplo.

Nos anos mais recentes fala-se já de uma “Segunda Revolução Verde” associada aos alimentos geneticamente modificados. São reconhecidas, dentro da comunidade científica mundial, posições diferentes quanto às suas consequências ambientais e sanitárias. Sendo as multinacionais a operar nesses países, ligadas à agricultura de exportação, que mais utilizam esses métodos, seria necessário sensibilizar os seus gestores para a necessidade de conciliar essas produções com a agricultura tradicional, permitindo um desenvolvimento local sustentável. Esta nova forma de encarar o desenvolvimento exigiria novas políticas nacionais e internacionais orientadas para uma maior formação, em especial das mulheres, as grandes responsáveis pela subsistência familiar nos países mais pobres, potenciando o aumento da produtividade nas culturas tradicionais, em simultâneo com a introdução de novas culturas. Este maior envolvimento dos pequenos produtores, o estabelecimento de laços de solidariedade entre multinacionais e produtores, em que ambos aproveitariam as mais-valias criadas, poderia ser uma saída para a melhoria da segurança alimentar. Exigiria políticas internas e externas diferentes e fortes para que os investimentos realizados pelos vários agentes do desenvolvimento (populações, governos, associações, multinacionais, outros investidores e doadores) tivessem um impacto sustentável no desenvolvi-

³ BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p.4.

⁴ BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p.19.

⁵ BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p.8.

⁶ BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p.9.

mento. A parceria que integrava as bases do NEPAD, assinado em 2001, poderia servir de seu alicerce.

Neste aspecto, como em muitos outros, não se pode esquecer que a escolarização das populações rurais, na África Subsariana, é, em média, de apenas de 4 anos para os homens e de menos de 3 anos para as mulheres⁷, claramente insuficiente para as capacitar para a promoção de formas de produção, conservação e comercialização, que permitam não só a subsistência familiar, mas a criação de maior valor acrescentado com impacto no seu desenvolvimento.

Por outro lado, a pouquíssima diversificação das actividades deste mundo rural não favorece a diminuição da pobreza e da subnutrição. A emigração aparece, em grande parte dos países da África Subsariana como uma saída da pobreza e da insegurança alimentar. Em alguns deles, como é exemplo Cabo Verde, as elevadas remessas, em dinheiro, mas também em espécie, determinadas por uma forte identidade nacional, de carácter histórico, constituem uma saída importante para os povos com forte níveis de insegurança alimentar.

A necessidade de investimentos em sistemas de irrigação, de uma maior interligação entre a recomposição florestal e a reposição dos solos esgotados, de investimentos em infra-estruturas que permitam também às populações rurais a venda dos excedentes, em boas condições de transporte e conservação, nas zonas urbanas do país, noutros países limítrofes e no mercado mundial, a capacitação, o estímulo à criação de associações de produtores activas, com capacidade de gestão e com conhecimentos de mercado, são factores que poderão contribuir para uma maior e mais sustentável segurança alimentar dos povos africanos. Este tipo de associações ainda escasseia em muitos destes países. O Senegal é um exemplo de excepção onde o aumento do número de aldeias com associações de produtores aumentou de 8% para 65% entre 1982 e 2002⁸.

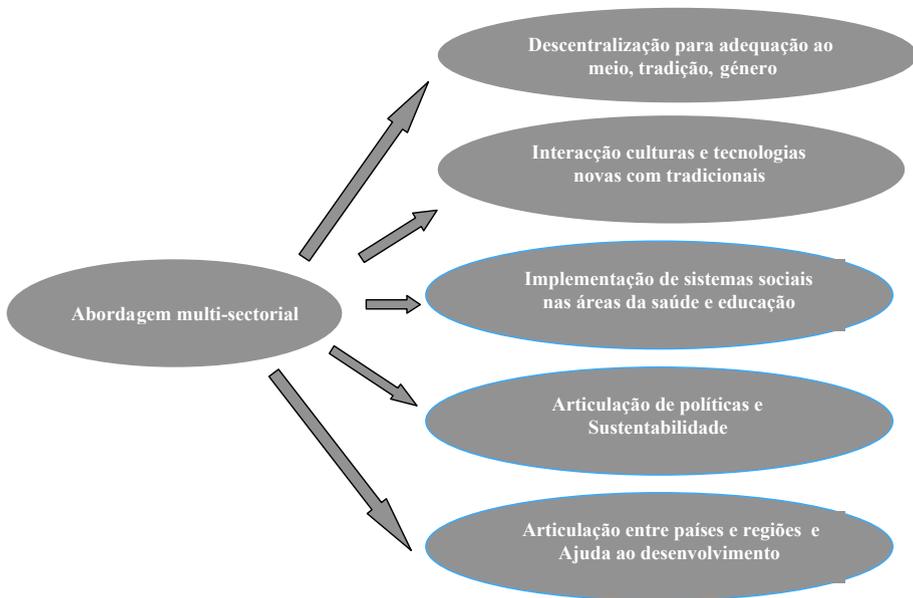
O acesso ao crédito (às vezes conseguido através de mecanismos de micro-crédito criados pelas próprias populações, ou por entidades externas como é exemplo a experiência, tão bem sucedida, de Muhammad Yunus com o **Grameen Bank**), é também importante na criação de uma nova dinâmica.

Também a diversificação das actividades nas zonas rurais, em que o turismo de natureza é apenas um exemplo, a criação de sistemas de saúde e educação com a qualidade necessária são importantes na criação de rendimentos complementares à actividade agrícola. É uma abordagem multi-sectorial que deve ter presente aspectos económicos, sociais e políticos, em que a questão de género nem a actuação concertada dos agentes nacionais e internacionais podem ser ignoradas.

Finalmente, parece indispensável fazer-se referência à relação cooperação internacional/ insegurança alimentar. A articulação entre países e regiões, nomeadamente a cooperação SUL-SUL, é importante para a criação de economias de escala e capacidade técnica, facilitando o acesso aos mercados, através da criação de infra-estruturas conjuntas, zonas de integração económica, políticas de marketing ou disseminação de conhecimentos. As falhas do mercado poderão ser minimizadas por esta via, conjuntamente com a melhoria dos mecanismos de boa governação através de maior intervenção e controlo das organizações da sociedade civil.

⁷ BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p. 9.

⁸ BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p. 14.



Nesta cooperação entre países e regiões não pode deixar de ser abordada a ajuda ao desenvolvimento, em especial a APD. O processo de ajuda alimentar, em muitos casos, tem-se afastado do seu grande objectivo: sustentabilidade alimentar e diminuição da fome e da falta de desenvolvimento. Pelo contrário, os donativos em géneros e em dinheiro, têm determinando aumento das assimetrias, alteração dos hábitos de consumo, aumento das importações e êxodo rural, com abandono das culturas tradicionais, a principal fonte da segurança alimentar. Esta amálgama de aspectos tem contribuído, em muitos casos, para o aumento da insegurança alimentar, da dependência económica e da pobreza.

2. As propostas e preocupações das organizações internacionais

Como já foi referido, o problema da segurança alimentar tem sido objecto de várias conferências e relatórios. Um dos mais recentes, o Relatório do Banco Mundial de 2008, traça algumas linhas de orientação para os países pobres atingirem níveis de desenvolvimento e de segurança alimentar mais elevados, a citar:

- 1. Melhorar os incentivos de preços e aumentar a qualidade e a quantidade dos investimentos públicos;*
- 2. Fazer com que os mercados funcionem melhor;*
- 3. Melhorar o acesso aos serviços financeiros e reduzir a exposição aos riscos que não dispõem de seguro;*
- 4. Melhorar o desempenho das organizações de produtores;*

5. *Promover a inovação por intermédio da ciência e tecnologia;*
6. *Tornar a agricultura mais sustentável e provedora de serviços ambientais.*”

São orientações difíceis de implementar na África Subsariana, muitas vezes desadequadas do contexto sócio-económico e cultural, por serem formatadas no exterior, por entidades que conhecem apenas superficialmente aquelas realidades.

Primeiro, nestes países existem dificuldades no investimento público por várias razões: falta de recursos financeiros, de técnicos internos ou mesmo de inadequação dos investimentos às necessidades e qualificações da população. As exportações são, muitas vezes, objecto de tributação ao contrário das importações, o que não incentiva a produção, conduzindo ao abandono da agricultura, à deslocação para as zonas urbanas, à transformação dos hábitos alimentares com a inclusão de alimentos importados e à transferência dos activos para o sector dos serviços, em especial para o pequeno comércio.

Segundo, a liberalização comercial apenas tem favorecido os grandes produtores, geralmente associados a multinacionais que exploram grandes áreas com produtos com elevada e crescente cotação no mercado mundial (algodão, café, cacau, cereais, por exemplo). A segurança alimentar, a subsistência e organização dos pequenos produtores exigiria uma regulamentação séria por parte dos governos, boa governação e estabilidade de política, contando-se apenas algumas situações diferenciadas entre os países da África Subsariana.

Terceiro, o acesso ao crédito é difícil por parte dos pequenos produtores, apenas com algumas excepções já referidas anteriormente, insuficientes para neutralizarem os riscos.

Quarto, as organizações de produtores, quando existem, têm estrutura débil cujo desempenho só é possível melhorar através de forte formação e liderança. A sua criação e reforço exigem forte cumplicidade governamental, muitas vezes inexistente.

Por outro lado ainda, quando o BM fala de inovação tecnológica e científica, parece não conhecer a realidade destes países. As dificuldades económicas e financeiras são de tal forma grandes, em termos micro e macro, que, a que possa existir, fica reservada a uma elite e dificilmente é apoderada pelas populações com baixíssima formação.

Por último, a sustentabilidade agrícola e ambiental pressupõe políticas agrícolas sérias, uma forte consciência das populações, através do seu envolvimento na produção e nos benefícios dela decorrentes. Também aqui apenas alguns governos e organizações nacionais e internacionais têm tido desempenhos positivos.

Em síntese, estas linhas de orientação do BM parecem desajustadas da realidade da maioria dos países da África Subsariana, havendo algum distanciamento da realidade social e económica desses países.

Embora a eliminação da fome e da subnutrição no Mundo seja um objectivo já não muito recente (A FAO já realizou a sua I Conferência Mundial sobre Alimentação em 1974, onde foi declarado que *“cada pessoa tem o direito inalienável de ser libertado da fome e da subnutrição, a fim de se desenvolver plenamente e de conservar as suas faculdades físicas e mentais”*), em 1996, a Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial bem como o Plano de Acção dela decorrente apontaram no mesmo sentido de um maior compromisso entre países, com o reconhe-

cimento de que “a pobreza é a maior causa de insegurança alimentar. Um desenvolvimento sustentável, capaz de erradicá-la, é crucial para melhorar o acesso aos alimentos. Conflitos, terrorismo, corrupção e degradação do meio ambiente também contribuem significativamente para a insegurança alimentar. Esforços para aumentar a produção de alimentos, incluindo os alimentos de base, devem ser feitos”⁹. Desta forma, ficou encarregue o Comité para a Segurança Alimentar Mundial da FAO de implementar medidas que visassem a eliminação da fome e subnutrição o mais tardar até 2015.

Um dos documentos recente e, talvez o mais emblemático, foi sintetizado nos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, assinado pela ONU em 2000, estabelecendo também a meta de 2015 para a eliminação da fome no Mundo.

Mais recentemente, e de forma periódica, a FAO tem procurado sensibilizar a comunidade internacional para a gravidade da situação através de conferências e dos seus relatórios. Na sua Cimeira Mundial sobre Segurança Alimentar, realizada em Roma em Novembro de 2009, foi reconhecido que há sub-financiamento dos sectores agrícola e pesqueiro nos países em desenvolvimento, que a APD caiu cerca de 70% nas três últimas décadas e que a “boa governação” se impõe para que a situação alimentar nos países pobres possa ser alterada.

A União Europeia aprovou, em 2008, a “Facilidade Alimentar” no valor de 1000 milhões de Euros, destinada a disponibilizar meios financeiros para a implementação de projectos agrícolas.

O Banco Mundial, através do “Programa de Resposta Global à Crise de Alimentos” de 2009, disponibilizou uma verba de 2 mil milhões de dólares¹⁰ em resultado do elevado número de sub-nutridos; mil milhões em 2009, segundo estimativas da FAO¹¹. Esta verba destinava-se às merendas escolares, à alimentação nos locais de trabalho e à aquisição de sementes e fertilizantes. Esta instituição tem vindo a aumentar empréstimos para desenvolvimento rural em África cujo impacto parece ainda insuficiente. O quadro seguinte mostra a sua evolução.

Empréstimos do BM destinados ao desenvolvimento rural em África

2004	2005	2006	2007	2008	2009
360,7	537,2	528,6	780,0	526,4	2 047,5

Fonte: Relatório Anual do Banco Mundial (2009), pag.33

Igualmente os chefes de Estado e de Governo reunidos em LAquila, na Itália, na Cimeira do G-8, realizada em Julho de 2009, comprometeram-se em mobilizar 20 mil milhões de dólares, nos próximos três anos, para combater a fome e garantir a segurança alimentar nos países pobres, concretamente através de ajudas ao desenvolvimento agrícola.

⁹ FAO (1996), Declaração de Roma na Cimeira Mundial para a Alimentação.

¹⁰ BANCO MUNDIAL (2009), Relatório Anual, pág. 30.

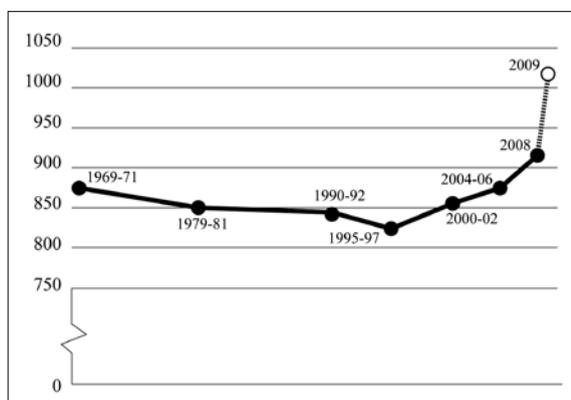
¹¹ Este valor foi superado em 2009, atingindo uma cifra de 1020 mil milhões, em resultado do aumento do preço dos alimentos, mas também de questões políticas, sociais e climáticas, apesar do aumento da produção mundial de cereais.

A própria administração Obama e o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, já reconheceram que os resultados da ajuda têm sido infrutíferos. Recentemente, numa conferência realizada em Outubro de 2009 sobre a segurança alimentar mundial, a Sra. Hilary Clinton afirmou: *“Gastámos muitos anos e dólares em projectos de desenvolvimento que não produziram resultados duradouros. Contudo, aprendemos com estes esforços. Sabemos que as melhores estratégias provêm dos que estão mais próximos dos problemas e não de governos estrangeiros ou instituições a milhares de milhas de distância. Sabemos que o desenvolvimento funciona melhor quando é considerado como um investimento e não uma ajuda”*¹².

São preocupações dos diversos quadrantes da política mundial. Parece que existe consciência do drama da insegurança alimentar e de que a eliminação da pobreza, da fome e da subnutrição¹³ são indissociáveis da agricultura. Parece que se reconhece que a implementação de projectos delineados externamente, sem o envolvimento das populações e sem continuidade temporal, muitas vezes são desajustados das sociedades receptoras, não contribuindo para uma maior sustentabilidade e segurança alimentar desses países. Mas falta ainda a coordenação entre governos e instituições mundiais, de forma a impedir-se que os fundos disponibilizados sejam desperdiçados em estruturas intermédias, aumentando as assimetrias sociais em vez de as diminuir. Implica, maior solidariedade entre países e regiões, evitando que a par de situações de fome se assista à destruição de excedentes alimentares, fruto dos avanços tecnológicos e de produções intensivas, para evitar a descida do seu preço no mercado mundial. Esta mudança implicará a criação de um novo paradigma económico e social em que se alicerçará a ajuda internacional.

A evolução da subnutrição no Mundo parece evidente (gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução global da subnutrição no Mundo (milhões)



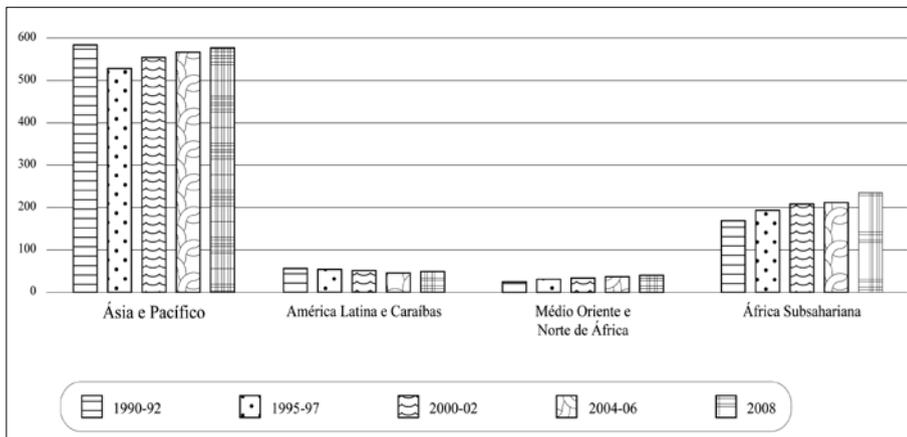
Fonte: FAO (2009), El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo, pag. 11

¹² CLINTON, Hilary (2009), Uma nova abordagem da segurança alimentar mundial e da fome.

¹³ Subnutrição distingue-se da fome por exprimir grave desequilíbrio de nutrientes necessários ao desenvolvimento são do organismo, incapacitando intelectualmente muitas crianças.

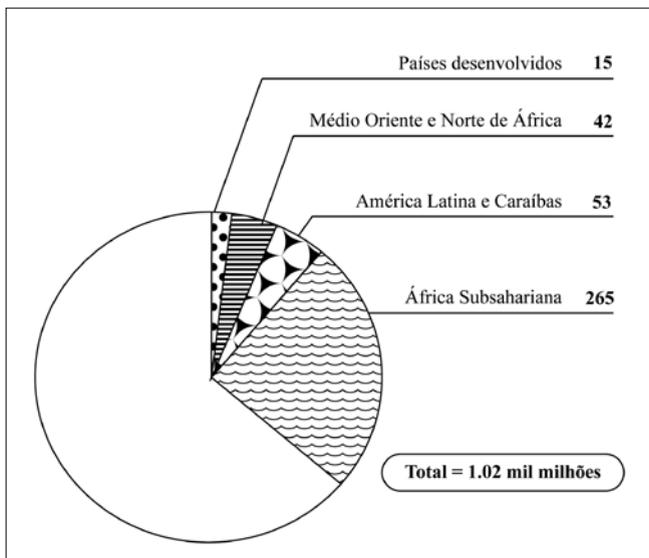
A sua distribuição por áreas geográficas ao longo das últimas décadas e no último ano (2009), apresentada nos gráficos 2 e 3, mostra um peso muito elevado na Ásia e Pacífico, estando a África Subsaariana em segundo lugar.

Gráfico 2. Crescimento do número de subnutridos no Mundo por regiões (milhões)



Fonte: FAO (2009), El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo, pag. 9

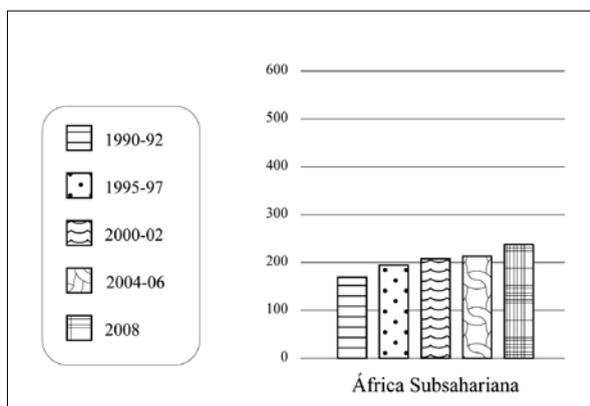
Gráfico 3. Distribuição mundial dos subnutridos – 2009 (milhões)



Fonte: FAO (2009), El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo, pag. 11

Se tivermos em conta a concentração da população na 1ª região e a manutenção nela dos níveis de subnutrição no período 1992/2008,¹⁴ verifica-se um agravamento da situação na África Subsariana, onde o número tem vindo a crescer (gráfico 4), mostrando o fracasso dos projectos de combate à insegurança alimentar.

Gráfico 4. Crescimento do número de pessoas sub-nutridas em África (milhões)



Fonte: FAO (2009), El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo, pag. 9

A crise actual, de carácter mundial e todas as turbulências a ela inerentes, não permite tirar conclusões sem a margem de erro. Tendo em conta os dados disponíveis, ela afecta de forma especial os países em desenvolvimento e nestes a população rural sem terra, os agregados familiares cujos chefes de família são mulheres e os pobres das zonas peri-urbanas. Para ultrapassar esta situação nas regiões do Mundo mais afectadas pela subnutrição seria necessário que a produção agrícola aumentasse 40% até 2030 e 70% até 2050¹⁵. A África e a América Latina apresentam-se como as regiões susceptíveis de dar um maior contributo para a extensão de terras aráveis, segundo estudos da FAO e OCDE: “1560 milhões hectares poderiam ser adicionados aos actuais 1.4 mil milhões hectares de terra fértil. É em África e na América Latina que se encontra mais de metade da terra adicionalmente disponível.”¹⁶

Mas como colocar essa terra ao serviço das populações e da sua segurança alimentar? O envolvimento das populações, através de uma abordagem participativa, uma melhor distribuição de terras, formação adequada em novas técnicas agrárias, criação de organizações de produtores e políticas de marketing adequadas, criação de infra-estruturas de irrigação, comercialização, conservação e distribuição, facilitariam a criação de *empowerment*, de melhores níveis de rendimento e diminuição da subnutrição e insegurança alimentar. Esta nova estrutura económica e social contribuiria também para a fixação das populações nas zonas rurais, diminuindo o êxodo rural e a

¹⁴ FAO (2009), El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo, pag. 9.

¹⁵ OECD-FAO (2009), Agricultural Outlook, p. 4.

¹⁶ OECD-FAO (2009), Agricultural Outlook, p. 4.

sua concentração em zonas superlotadas das periferias urbanas onde os problemas da fome, falta de emprego e até criminalidade se concentram.

Em síntese: é necessário encarar o problema da insegurança alimentar de forma diferente. Os fundos provenientes da APD destinados à promoção agrícola não poderão continuar a dissipar-se entre actores intermédios dos países doadores e receptores, sem qualquer impacto na melhoria das condições de formação, produção e comercialização das populações locais. Por outro lado, os donativos em géneros não ajudam a manter as produções tradicionais que assegurariam uma segurança alimentar sustentável, alterando, em muitos casos, os próprios hábitos alimentares e tornando os países mais dependentes, excepção para as situações de catástrofe.

A lógica económica actual tem-se sobreposto ao necessário equilíbrio ambiental, redistributivo e político, crindo fortes tensões mundiais. Parece necessário o Mundo encontrar uma outra forma de atenuar as grandes divergências entre pobres e ricos, não a partir de donativos regulares, mas através da capacitação dos povos dos países em desenvolvimento. É necessário que consigam alcançar maiores níveis de produção de bens destinados à sua autosubsistência, mas também de bens exportáveis e valorizados no mercado internacional. Só assim conseguirão menor dependência económica, financeira, social e até política e uma menores tensões que se fazem sentir em muitas regiões do Mundo. Tudo isto exigirá uma alteração do modelo económico mundial.

3. A segurança alimentar em São Tomé e Príncipe

A análise da situação de São Tomé e Príncipe que têm sido objecto do meu estudo, permite concluir que a insegurança alimentar existe, apesar da existência de terras aráveis e do clima propício à produção agrícola. Quais as razões desta situação que constitui apenas um exemplo entre inúmeros que alastram por todo o Mundo e toda a África?

São Tomé e Príncipe no período pós-colonial nacionalizou as roças, transformando-as em grandes empresas públicas. No entanto, a incapacidade de gestão dos novos dirigentes, o desconhecimento das formas de produção dos dois principais produtos de exportação (café e cacau) determinaram uma enorme diminuição da produção não acompanhada do aumento de outras produções que pudessem aumentar a segurança alimentar das suas populações. A enorme dívida externa, resultante da diminuição das exportações e da necessidade de recurso sistemática à importação de bens alimentares, determinou a intervenção do Fundo Monetário Internacional, a privatização das roças e a reforma agrária com a distribuição de pequenas parcelas de terra aos antigos trabalhadores. Estes assalariados que, de repente, se transformaram em pequenos proprietários não foram capazes de recuperar produções que necessitam de escala para serem restáveis (café e cacau), de se organizarem cooperativamente para aumentar a sua dimensão, nem perceberam que o abate indiscriminado das árvores, fonte fácil e imediata de rendimento, determinava o fim dessas produções. Apenas nos anos mais recentes alguns deles conseguiram iniciar a produção de cacau biológico, mais bem cotado no mercado internacional, mas têm-se mantido na dependência de exportadores, os maiores beneficiários dessa mais-valia.

Também a sua incapacidade de produzir e vender bens alimentares de subsistência, por dificuldades conservação e transporte, levou ao abandono de grande parte dessas parcelas, substituindo a actividade agrícola e pecuária pelo pequeno comércio de produtos importados. A pouquíssima diversificação da actividade económica não permite a obtenção de outros rendimentos complementares. Mas os que se tornaram detentores das Médias Empresas também não conseguiram aumentos de produção e grande parte das terras dessas empresas encontra-se improdutivo. Isto conduziu a alterações dos próprios hábitos alimentares e ao aumento da dependência externa de bens alimentares.

Num artigo publicado em 07 de Dezembro de 2009 no jornal nacional de STP, Têla Nón, e intitulado “*A Segurança Alimentar em São Tomé E Príncipe – Entre o Mito e a Realidade*” editado com o sob o nome de Juvêncio Amado é notório o desencanto pelo que se passa no sector agrícola em STP e pela incapacidade do país produzir bens de forma a diminuir a insegurança e a dependência alimentares:

“NA VERDADE, POR MAIS ESTRANHO QUE PAREÇA, UM PAÍS, UMA REGIÃO OU UM TERRITÓRIO, PODE ASSEGURAR A ALIMENTAÇÃO DO SEU POVO SEM PRODUZIR SEQUER UM ÚNICO QUILOGRAMA DE SEJA QUE PRODUTO AGRÍCOLA FOR.

EXEMPLO: todo açúcar, todo arroz, toda farinha de trigo, todo o leite, todo o sal, todas as demais conservas alimentares, etc., etc., que se consume em STP não são produzidos no país.....

O MITO

MITO, porque as estatísticas mundiais nos dizem que quanto maior for o índice de participação da agricultura no PIB ou na absorção da mão-de-obra activa de um país, maior é o índice de subdesenvolvimento desse país.

MITO, também, porque nessa generalização, esquece-se, por exemplo, da pesca, cuja Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe é várias centenas de vezes superior ao espaço físico onde se pode eventualmente desenvolver a agricultura. Além disso, o peixe já abunda e não precisa ser cultivado, ao contrário da agricultura. E o que se tem feito com a pesca? NADA!!!

Não! A segurança alimentar não é um mito. É simplesmente tratada como um mito.

Os constantes desvios de bens públicos em STP, com as impunidades que conhecemos, serão sempre um duro golpe na segurança alimentar do país.

MITO, igualmente porque necessário se torna reconhecer que, apesar de São Tomé e Príncipe ser um país agrícola, poucos são os são-tomenses que detêm a cultura de agricultor.

MITO, porque enquanto os países desenvolvidos cultivam o que serve de alimentação para a sua população, exportando apenas o excedente, os países subdesenvolvidos cultivam o que não serve de alimentação para a

sua população, mas para abastecer as indústrias dos países desenvolvidos. E São Tomé e Príncipe não foge à regra.

MITO, porque nunca fomos capazes de incorporar em São Tomé e Príncipe uma política séria, incentivadora, projectada para a produção daquilo que serve de base alimentar da população, para além do azeite da palma.

Normalmente esquece-se que quase todos os detentores da “médias empresas” são os antigos e actuais presidentes da república, primeiros-ministros, ministros, líderes políticos e de bancadas parlamentares, todos, portanto, com enormes influências na arrecadação de financiamentos para, pelo menos, fazerem desenvolver as suas e somente as suas actividades agrícolas.

Alguém seria capaz de identificar hoje um ex-presidente da República São-tomense que seja grande produtor de banana, matabala, fruta-pão, mandioca ou produtos pecuários?

Alguém seria capaz de identificar hoje um ex-Primeiro Ministro são-tomense que seja grande produtor de banana, matabala, fruta-pão, mandioca ou produtos pecuários?

Esquece-se que alguns dos chamados pequenos agricultores, apesar de todas as dificuldades, chegam a produzir muito mais banana, matabala, etc., etc., do que aqueles que são detentores de médias empresas.

A REALIDADE

Ainda que se queira considerar a agricultura como um factor incontornável para a segurança alimentar em São Tomé e Príncipe, é necessário conceber projectos de desenvolvimento desse sector, projectos que devem ser realistas e bem diferentes das ideias que até hoje teimam em ser levadas a cabo pelos sucessivos governos.

É bom anotar que se orgulhosamente hoje chamamos São Tomé e Príncipe de ilhas verdes, é devido ao simples facto daquilo que a história nos legou:

SE O CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NÃO TIVESSE ACABADO E SE NÃO TIVESSE SURGIDO O CICLO DE UMA OUTRA CULTURA QUE EXIGISSE SOMBRA, COMO É O CASO DO CACAU, HOJE PODERÍAMOS NÃO TER ESSAS ILHAS VERDES.

A cultura do cacau, com todas as suas possíveis inconveniências, como cultura de exportação, foi a actividade agrícola que mais contribuiu para que o país hoje pudesse ser detentor de uma paisagem de se invejar...

Um projecto agrícola de sucesso deve, no mínimo, conter as seguintes actividades totalmente interligadas:

- 1. A Conservação do espaço agrícola nacional (compreende o tratamento adequado de todo o espaço que for destinado à produção do cacau e do café);*
- 2. A produção de produtos agrícolas alimentares tradicionais (banana, matabala, fruta-pão, inhame, mandioca, óleos da palma e do coco, etc., etc.);*

3. *A produção hortícola em larga escala (industrial – em estufas);*
4. *A produção de frutas tropicais nacionais (banana, ananás, abacate, sap-sap, anona, goiaba, manga, cajamanga, mamão, pêsego, pitanga, maracujá, coco, etc., etc., etc.)*
5. *A produção pecuária;*
6. *A silvicultura;*
7. *Transportes rurais (incluindo construção e reparação obrigatória das pistas rurais e também máquinas pesadas para o trabalho da terra);*
8. *Garantia intervencionista do Estado no sentido de busca da cooperação internacional efectiva que favoreça a exportação quando a existência de excedentes assim o exigir.*

*Não será fácil a implementação de projectos de tamanha integração nem de outras eventuais actividades ou ideias sem que o Estado São-tomense defina o que quer com a agricultura.*⁷⁷

Este texto, certamente escrito por alguém bem posicionado e tecnicamente formado, pela lucidez que comporta, transmite a ideia de desencanto pela política agrícola, pelas reformas agrárias que têm sido implementadas que, se existiram, não o foram de forma estruturada e orientada para o aumento do rendimento dos agricultores e para a criação de maior independência alimentar. O estado de abandono agrícola do país, a persistente dependência alimentar de bens importados, a preços elevados para a maioria da população que é pobre, não se pode desligar-se dos mecanismos do mercado, dos custos de transacção, normais nos pequenos estados insulares, e agravados face à inexistência de infra-estruturas portuárias, de conservação e transporte. A consciência dos actores internos face ao problema, a alteração dos processos de APD que agravam muitas vezes a dependência e não são promotores de novas actividades de forma sustentável, constituem passos importantes no sentido da alteração deste “status quo”.

São Tomé e Príncipe, um pequeno arquipélago, com clima propício ao desenvolvimento da actividade agrícola, quer de subsistência quer para exportação para mercados mais ou menos próximos, que poderia ser quase auto-suficiente em termos alimentares, alterou os hábitos nutricionais da sua população, abandonou terras aráveis de excelente qualidade, para se vergar à importação dos excedentes do mercado internacional ou dos donativos, muitas vezes de níveis sanitários duvidosos.

A insegurança alimentar de STP só será ultrapassada através de uma actuação séria dos governos, da boa governação, de políticas agrícolas coerentes e sustentáveis, de estratégias bem definidas e participativas, da formação adequada dos agricultores, de forma a que se tornem capazes de enfrentar os novos desafios que o Mundo enfrenta (competitividade, qualidade, aproveitamento da expansão do mercado mundial e de nichos de mercado). O desenvolvimento humano requer não apenas segurança alimentar mas também o desenvolvimento de outras actividades geradoras de rendimento e emprego (turismo, exploração científica da biodiversidade, actividades de transshipment, exploração petrolífera etc.) que permitam aumentar o rendimento da

⁷⁷ Amado, Juvêncio (2009), Têla Nón, 07 de Dezembro de 2009, STP.

população e a capacidade do Estado em disponibilizar serviços de educação e saúde de qualidade.

Bibliografia

- ADRA (2008), O Poder da Água.
- ALENCAR, Alvaro Gundel (2001), «Do conceito Estratégico de Segurança Alimentar ao Plano de Acção da FAO para Combater a Fome», *Revista Brasileira de Política Internacional*, Jan-Junho, n.º 44, pag.137-144, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília.
- AMADO, Juvêncio, (2009), *A Segurança Alimentar em São Tomé E Príncipe – Entre o Mito e a Realidade* Tela Nón, Ed. de 07 de Dezembro de 2009, São Tomé.
- BANCO MUNDIAL (2008), *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial: a agricultura para o desenvolvimento*, Washington DC.
- BANCO MUNDIAL (2009), *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial: ano em perspectiva*, Washington DC.
- DEPARTAMENTO DE ESTADO NORTE AMERICANO (2010), *eJournalUSA*, Volume 15 / Número 3, Washington DC.
- DIOUF, Jacques (2008), Momento de Agir, in XXX Conferência da FAO para América Latina e Caraíbas, Brasília.
- FAO (1996), Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial.
- FAO (1996), Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação, Roma, Itália.
- FAO (1996), Plano de Acção da Cimeira da Mundial da Alimentação.
- FAO (2003), FAO International Workshop, “Food Security in Complex Emergencies: building policy frameworks to address longer-term programming challenges”, 23-25 September, 2003, Tivoli, Italy.
- FAO (2009), *Crop Prospect and Food Situation*, N.º 1, February 2009.
- FAO (2009), *El estado de la inseguridad alimenraria em el mundo*, Roma.
- FAO, ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT DEPARTMENT (2009), *The State of Food Insecurity in the World: Economic crisis: impacts and lessons learned*, Rome.
- GOVERNO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2009), *Relatório Nacional de Avaliação da Estratégia de Implementação das Maurícias*, São Tomé.
- NETO, José Ambrósio, Muniz, José Norberto (2009), *Reforma agrária e construção de identidades: a formação dos agricultores em São Tomé e Príncipe*.
- OECD-FAO (2009), *Agricultural Outlook, Perspectivas sobre a Agricultura da OCDE-FAO 2009, Summary in Portuguese*.